



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

RODRIGO CAVASINI

(depoimento)

2010

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpendo Memórias – Segundo Tempo

Número da entrevista: E-160

Entrevistado: Rodrigo Cavasini

Nascimento: 01/05/1976

Local da entrevista: CEME-ESEF/UFRGS – Porto Alegre/RS

Entrevistadora: Paula Andreatta Maduro

Data da entrevista: 10/08/2010

Transcrição: Grasiela Alves de Castro

Conferência Fidelidade: Grasiela Alves de Castro

Copidesque: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Pesquisa: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Fitas: Gravador digital

Total de gravação: 36 minutos e 28 segundos

Páginas Digitadas: 14

Catálogo: Luciane Silveira Soares

Registro: Vera Maria Sperandio Rangel

Número de registro: 02150/2010/01

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

CAVASINI, Rodrigo. *Rodrigo Cavasini (depoimento, 2010)*. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2010.

Sumário

Função dentro do Programa Segundo Tempo; início do envolvimento com o PST; extensão do trabalho junto ao PST; maior envolvimento com os projetos especiais; projetos englobados pelo Segundo Tempo; visão sobre a estruturação do Programa Segundo Tempo; inclusão social por meio do esporte promovido pelo PST; capacitações; preservação da memória do Programa Segundo Tempo.

Porto Alegre, 10 de agosto de 2010. Entrevista com o professor Rodrigo Cavasini, a cargo da pesquisadora Paula Maduro para o Projeto Garimpendo Memórias – Memória do Segundo Tempo.

P.M. - Gostaria de saber a tua função no Programa Segundo Tempo?

R.C. – Eu integro uma equipe colaboradora que foca nos projetos especiais que são compreendidos pelo Projeto Navegar, pelo Projeto Padrão da Universidade, pelo Programa Segundo Tempo Universitário, o Projeto Deficiente que engloba as atividades com pessoas com deficiência, e também os que estão em fase de início, como o Indígena e mais um que não me lembro agora, mas é em relação aos jovens que estão em instituições, como a FASE¹. Desse eu não tenho muita informação. Esses dois últimos estão em fase de implementação.

P.M. – Do Projeto Piloto?

R.C. – Sim.

P.M. – E o teu envolvimento com o Programa Segundo Tempo, como é que se iniciou? Quanto tempo?

R.C. – Eu participo do Projeto Navegar que integra o Segundo Tempo. No Projeto Navegar, iniciei minhas atividades em 2003. Na época, eu ainda era um aluno da graduação² e desenvolvia atividades esportivas e intervenções educação ambiental e para saúde nesse projeto. Na época, o Projeto Navegar acontecia, já era desenvolvido pelo Ministério do Esporte, em especial pela Secretaria do Esporte Educacional. Porém, ele ainda não integrava o Programa Segundo Tempo. Nesses últimos anos que ele, digamos assim, foi integrado ao Programa Segundo Tempo. No início de 2008, eu participei de rodadas de capacitações de professores que foi realizada lá em Maringá³, no sentido de estar formando um grupo que estaria, posteriormente, capacitando outros professores, no

¹ Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul.

² Licenciatura em Educação Física na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Cidade do Estado do Paraná.

caso coordenadores de núcleo, do Brasil inteiro. No início de 2008, eu estive envolvido com essas atividades e isso foi no primeiro semestre desse ano. Daí em diante, o nosso foco começou ser mais centrado nesses projetos especiais.

P.M. – Mas de 2003 até 2008 tu participaste do Programa Segundo Tempo através do Projeto Navegar?

R.C. – Isso, perfeito.

P.M. – Bom, então tu trabalhas no Segundo Tempo desde 2003 até a data de hoje. E o teu envolvimento, como funciona? Tu foste contratado, cedido?

R.C. – Bolsista. Já fui bolsista na época de graduação e, atualmente, sou em relação a pós-graduação.

P.M. – E quem te contrata é a FAURGS⁴ e a UFRGS⁵ aqui?

R.C. – Isso. O contrato é assinado, no caso da instituição de ensino que eu estou fazendo, ou aqui, a FAURGS.

P.M. – E tu tens algum vínculo com o programa de pós-graduação?

R.C. – Não, já terminei o mestrado aqui em 2008. Atualmente, eu estou fazendo pós-graduação junto à Universidade Gama Filho.

P.M. – Qual a extensão do teu trabalho no Programa Segundo Tempo (regional, estadual, nacional)?

R.C. – Nacional. O trabalho que desenvolvemos a núcleo está relacionado a núcleos com o Programa Segundo Tempo pelo Brasil inteiro. Como são os projetos pilotos, vamos dizer assim, eles não estão restritos nem a nossa região, nem ao nosso estado. Eles estão

⁴ Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

localizados em diferentes estados do Brasil inteiro. Em relação ao Projeto Navegar, que é um deles, ano passado nós estivemos realizando visitas de inspeção dos já formados quarenta núcleos do projeto. Esse projeto iniciou em 1999 no Brasil, ainda na época do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP). Entre 1999 até 2006, acredito que em 2006 - foram criados quarenta núcleos em locais diferentes do Brasil, de norte à sul. No ano passado fizemos um levantamento inicial para ver como é que estão esses locais, equipamentos, relacionados ao Projeto Navegar. Este trabalho de avaliação dos núcleos do Projeto Navegar serviu de base, de informação estratégica para auxiliar na elaboração das diretrizes e também de um processo, que, a princípio, estará nesse ano sendo disponibilizados recursos para que sejam reabertos, desses quarenta, vinte núcleos que tenham interesse e muito mais.

P.M. – Gostaria de te perguntar um pouco sobre cada um desses projetos especiais. És um dos poucos que entrevistei que trabalha com esses projetos especiais. Então, para termos uma ideia macro desses projetos especiais. Como funciona, desde o início da implantação com os Projetos Pilotos, até as entrevistas semi-estruturadas, que funcionam dessa maneira. Mas como funcionam esses processos especiais?

R.C. – O Projeto Especial, que atua com estudantes com deficiência, tem um núcleo no Brasil que está sendo 100% promovido lá na Federal de Pelotas⁶. O responsável lá é o professor Alexandre Carriconde⁷. É um projeto, digamos assim, piloto, é um modelo para se pensar essa atuação, de modo que, essas experiências que ali estão sendo desenvolvidas, possam estar orientando as demais, no caso, no sentido de estar ampliando a realização desse tipo núcleo, de convênio, em outras universidades no Brasil. O trabalho ali é maravilhoso. Eles têm uma estrutura ímpar para desenvolver isso. Os profissionais envolvidos também têm larga experiência nesse tipo de atividade. De um modo geral, é uma iniciativa que está bem interessante. Em relação às atividades que desenvolvemos, se centram mais no sentido de buscar essas informações, tentar recolher informações através do preenchimento de questionário, de entrevistas semi-estruturadas, tanto com a equipe, quanto com a equipe de beneficiados, no sentido de estar tentando garimpar, estar tentando pegar essas informações, para que elas possam servir de subsídio para a melhoria das

⁶ Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

⁷ Alexandre Carriconde Marques. Universidade Federal de Pelotas.

diretrizes que estão sendo elaboradas e, também, para a melhoria do sistema avaliativo. Isso, lá no próprio site do Ministério⁸, para que, de um modo geral, cada um desses projetos pilotos tenham uma abordagem específica: como eles tratam, como desenvolvem atividades diferenciadas. Em relação aos núcleos tradicionais do Segundo Tempo, eles também precisam ter essa abordagem diferente, no caso, as diretrizes, o sistema avaliativo, toda aquela parte digamos assim. Engloba também, claro, o trabalho, o número de monitores envolvidos, a qualificação, a capacitação que cada um deles tem que ter, nesse sentido na capacitação em específico, de modo que isso tem que ser feito de fato. As diferenças de cada um desses projetos pilotos começam [palavra inaudível], que precisam ser levados em consideração.

P.M. – E essa função de elaborar diretrizes, de formar as entrevistas, isso faz parte da equipe de vocês, do trabalho de vocês?

R.C. – Faz parte do trabalho que estamos desenvolvendo.

P.M. – E esse projeto, o Navegar, é um dos projetos especiais que tu já falou?

R.C. – Deficiente. Também tem o Padrão da Universidade, e o Universitário. O Padrão da Universidade se assemelha a um projeto, digamos, aos núcleos tradicionais do Programa Segundo Tempo. Porém, ele é realizado ocupando um espaço entre estruturas em instituições de ensino superior. Nesse sentido, ele atua com recursos humanos semelhantes aos dos núcleos tradicionais. Nós percebemos que algumas diferenças, algumas alterações, foram criadas no sentido de ter um maior número de monitores em relação ao número de coordenadores, uma vez que o interesse é ter um melhor atendimento possível. No caso, dois monitores entraram no lugar de um dos coordenadores. Isso foi um dos núcleos que através da entrevista percebemos isso. Mas esses núcleos conseguem, utilizando estruturas das faculdades, desenvolver um trabalho mais amplo, mais rico, do que, muitas vezes, os núcleos tradicionais que, às vezes, se utilizam de canchas ao livre, um gramado para jogar futebol.

⁸ Ministério do Esporte.

P.M. – E Projeto Quero-Quero⁹ entraria nesse perfil?

R.C. – O Projeto Quero-Quero iniciou em 2003 junto ao Instituto Ayrton Senna. Eu não sei te dizer agora onde é que ele está entrando. Me parece que, desta vez, ele entrou com o Projeto Segundo Tempo tradicional. Agora, eu acredito que tendo essa abordagem, essas diretrizes, toda essa estrutura pronta para o Padrão da Universidade, ele utiliza a estrutura interna aqui da ESEF¹⁰.

P.M. – De repente, a partir das entrevistas, tudo isso possa ser modificado.

R.C. – Entrar nesse sistema.

P.M. – E o outro, Padrão Universitário?

R.C. – O Padrão Universitário é um pouco diferente. Ele foca em um público universitário e não em crianças, jovens, e adolescentes. Então, busca desenvolver atividades físicas e esportivas para esse público. Está também vinculado a esse sistema educacional. De novo ele tem algumas características diferentes. Ele é sempre desenvolvido no contra-turno. Então, várias experiências que avaliamos ocorrem à noite, uma vez que os universitários têm atividades na manhã, às vezes, tem atividades a tarde. Então, o período da tarde, o final da tarde e a noite, é bastante utilizado. E também no sentido de que, como é um público adulto, eles não têm essa dificuldade maior de se deslocar seja à noite, ou também em relação aos locais que foram feitas as atividades, atividades extras, que, claro, são pensadas para esse público. Engloba também musculação, vôlei.

P.M. – E como é que feita a seleção dessas instituições, tanto no Padrão, quanto no Universitário?

⁹ Projeto Quero-Quero (PQQ), parte integrante do Programa Educação pelo Esporte, é uma parceria entre a Escola de Educação Física da UFRGS com o Instituto Ayrton Senna e conta com o apoio do banco de alimentos (FIERGS). O objetivo principal do projeto é a formação integral dos participantes tendo o esporte como principal eixo.

¹⁰ Escola de Educação Física da UFRGS.

R.C. – Olha, essa parte do processo eu não participei. Eu não consigo te trazer essas informações.

P.M. – E o indígena...

R.C. – Em relação ao indígena, está sendo organizado, digamos, preparado para o início dessas atividades. Essas são as informações que me foram passada. Também tem...

P.M. – Cartões?

R.C. – A parte dos cartões é desenvolvida pelo Ricardo¹¹ e pelo outro grupo de trabalho. Eles que desenvolvem.

P.M. – Não está dentro da tua área?

R.C. – Não a parte do TOPs¹² é um outro tipo de trabalho. Eles que estão desenvolvendo essa parte, que é muito bacana [palavra inaudível].

P.M. – A tua visão sobre a estruturação do Programa Segundo Tempo?

R.C. – Isso é interessante. Em 2003, a abordagem que existia no Segundo Tempo era bem mais, digamos, superficial. O que se percebia é que havia um interesse em estar promovendo atividades físicas esportivas para estudantes, crianças, jovens, adolescentes, de forma mais ampla possível no Brasil inteiro. Essa era a percepção que tínhamos. Tem um número de crianças participando. De lá, passando os anos, o que se percebeu, junto com esse interesse em ter um número expressivo de crianças fazendo essas atividades, se beneficiando nesse programa de inclusão social, é que começou a ocorrer essa busca pela qualificação, uma busca pela orientação, uma busca pelo planejamento, planejar essas

¹¹ Ricardo Demétrio de Souza Petersen. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹² O Programa TOP Play e TOP Sport, “construindo um futuro melhor para jovens por meio do esporte” é uma proposta do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, o qual propõe atividades motoras para crianças dos 04 aos 07 anos (TOP Play) e para crianças dos 08 aos 12 anos (TOP Sport). Esta parceria se constitui em um estudo piloto para explorar as possibilidades de aproximação do Programa TOPs (Jogos e Esportes) ao Programa Segundo Tempo, bem como à realidade nacional.

atividades. Se eu não me engano, em 2007 ocorreu um evento em Gramado¹³ no sentido de que alguns professores foram envolvidos no processo de capacitação. Então, esse primeiro momento que eu tenho recordação, início de 2008, houve a produção, e envolveu um número mais expressivo de professores. Acredito que uma produção também de material de apoio melhor elaborado, o “livro verde”¹⁴, que eu acho que foi bem bacana. Até estava lá no lançamento que era mais branco na época do que verde. E aí eu acho que, a partir daí, começou a demonstrar esse maior interesse em estar qualificando essa iniciativa. A minha dissertação de mestrado¹⁵ focou nas ações de inclusão social por meio do esporte, no caso, o Navegar. Foi isso que motivamos, e isso que posso te dizer. Em 2005, 2006 por aí, um local que se fazia isso de maneira organizada era na Inglaterra. No Brasil, se desenvolvia as atividades, porém, não se tinha acompanhamento, avaliação, investigação. Aqui se produzia a ação. Lá se produzia muita ação e muito material teórico, avaliativo, pedagógico. Muita coisa foi desenvolvida na época. Isso em 2005, 2006, 2007. Tanto é que a maior parte do referencial teórico que eu usei no meu trabalho veio de fora do Brasil, porque aqui no Brasil temos uma abordagem muito reduzida de ações desse tipo, e ela acaba pegando um pouquinho de cada universo. Como o Brasil é enorme, essas ações tem uma baita diferenciação entre elas. Aí tu acabas tendo cada estudo focado em uma coisa. Então, tu tens uma continuidade, uma linearidade, que se possa usar aquelas informações. De qualquer maneira, voltando ao Projeto Segundo Tempo, o que eu percebo que em 2007, 2008, dando essa sequência, houve essa maior preocupação com essa estruturação. Buscar, ter um melhor planejamento, buscar ter uma melhor avaliação. Aquela história: tu tens os objetivos, os conteúdos, metas, tu tem que ter sistemas avaliativos, tem que ter equipes que acompanhem, equipes que estejam capacitando esses profissionais, esses estudantes, essas pessoas envolvidas, na condução, da realização desses núcleos do Programa Segundo Tempo no Brasil. De novo, em virtude dessa amplitude, dessa diferença cultural, que temos no Brasil, é algo que tem que ser muito bem pensado. É algo que precisa ter de fato uma equipe considerável para dar conta de norte a sul, de todas essas diferenças, de diversidades, necessidades. Uma vez que eu penso assim, a idéia da Secretaria Nacional do Esporte Educacional é essa busca da promoção do Segundo Tempo. Claro, valorizando aspectos locais. Porém, passando o máximo de informações, o máximo de estrutura,

¹³ Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Material Didático para o Processo de Capacitação do Programa Segundo Tempo. Impresso pela Gráfica da UFRGS em 2008.

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16640/000705882.pdf?sequence=1>

digamos, aquela estrutura padrão, que possa ser reproduzida, replicada no Brasil inteiro, respeitando, claro, as equipes locais.

P.M. – Como é que tu avalias as possibilidades do Programa Segundo Tempo?

R.C. – Possibilidades em relação às crianças que participam?

P.M. – Também. As crianças, toda essa parte pedagógica do programa, de estruturação, de avaliação.

R.C. – Em relação às crianças, se tu tens um milhão de crianças sendo atendidas, e esse número, às vezes, se amplia, diminui um pouco, é um número que se pode pensar como pouco, porque o Brasil tem um universo enorme. Porém, já é um número bem considerado de crianças que tem acesso à parte física e esportiva de maneira organizada e estruturada que envolve sistema avaliativo. Acho que é bem interessante. O incentivo das crianças é bem legal. Vamos pegar professores e estudantes de Educação Física que compõem o maior grupo de profissionais envolvidos nas iniciativas, pois o Programa Segundo Tempo é o que mais emprega professores de Educação Física no Brasil. Isso é bem expressivo e, fora isso, em relação aos estudantes de Educação Física que compõem maior parte de monitores, de novo, uma baita oportunidade para tu teres uma maior capacitação profissional. Os estudantes já têm uma oportunidade de estarem se preparando para o que tem no mercado de trabalho, para estarem se preparando, se ajudando, se formar um futuro professor, fora a questão da remuneração tanto para professores, para monitores. Afinal de contas, um programa de inclusão por meio do esporte ocorre tanto pelo fato de tu estares atendendo aquele público “x”, mas também em relação ao fato de tu estares promovendo políticas públicas, e repassando dinheiro para os profissionais envolvidos. Ela integra essa inclusão social, que de fato é uma maneira de tu encarares a esse estímulo social, independente da contestação que venhamos usar por esse termo que, desde a década de setenta, é empregado lá na França, no mundo inteiro. Se usa hoje em dia. Ele está relacionado a questões de grana, emprego. Também tem a ver com a criminalidade, educação.

P.M. – Qual é a contribuição de inclusão social do Programa Segundo Tempo?

R.C. – Isso aí é a minha ideia. A inclusão social tem algumas compreensões, e algumas bem diferentes que não conseguem conversar. Mas, de um modo geral, ela busca encarar, enfrentar, a problemática gerada pela exclusão social. Exclusão social que estávamos falando que é um termo que remete pela década de setenta lá na França. Se eu não me engano, lá na obra René Lenoir, em que tratou desse problema, que ia além da pobreza. Percebeu-se que era o problema de grande parte da população na época, na França. E isso foi replicado para o mundo inteiro, e, além das questões relacionados com a pobreza, recursos financeiros, englobava aspectos relacionados à deficiência na área educacional, também em relação à saúde, moradia, emprego, qualificação profissional, estar exposto a criminalidade. É nesse sentido que eu vejo que o Programa Segundo Tempo, ao estar empregando essas atividades esportivas de maneira organizada. Ele serve como um instrumento para estar auxiliando esse público que é atendido, que vai além daqueles discursos que encontramos em algumas pessoas: “Está participando do Programa, está longe da rua”. Mais do que isso, a participação em atividades físicas e esportivas possibilita o desenvolvimento de diferenças competências. Competências essas, digamos assim, que afetam de maneira direta e indireta esses indicadores de inclusão social. A participação em atividades físicas e esportivas já demonstrou ser, de forma indireta, responsável pelo distanciamento dos jovens em relação a esse aspecto da criminalidade. Desenvolvem-se uma compreensão de que algumas coisas são adequadas, alguns comportamentos são adequados ou não para a sociedade, e isso permite que as crianças acabem buscando novas opções. Outro aspecto importante é que o fato dessas crianças não estarem o tempo inteiro naquele ambiente perigoso, muitas vezes, envolvimento com o tráfico de drogas, e ambiente familiar. Essas crianças, esses jovens, têm a possibilidade de estar convivendo num ambiente distante daquilo. Mais do que isso, convivendo num ambiente que é possível copiar estilo, se espelhando nos professores, monitores, que ali estão, e, dessa maneira, estar buscando também o interesse quem sabe ao terminar a escola. Interesse em continuar estudando e terminar a escola. Buscar um curso superior. Quem sabe um curso ligado à área dos esportes. No caso, no nosso Projeto Navegar, o que observamos foi bem forte isso: as crianças, os jovens, ao estarem convivendo com os monitores, vários deles, acabaram despertando o interesse em estar buscando também a área da Educação Física. Terminaram o colégio, buscaram ingressar, no sentido de dar continuidade, tendo contato, em virtude do programa.

P.M. – Nós vemos que o objetivo principal do Programa Segundo Tempo de retirar as crianças da vulnerabilidade social foi alcançado.

R.C. – Eu penso que sim. Eu acho que se consegue. Vulnerabilidade social também é um tema amplo. Ele foca mais em alguns aspectos desses. Eu vejo que funciona nesse sentido sim, e vai além disso. Como tratamos de resultados, alguns mais objetivos e uns mais subjetivos, impactos diretos e alguns indiretos, acabamos tendo uma necessidade, uma demanda, de estarmos avaliando bem consistente, bem ampla. E, às vezes, acabamos citando mais os pontos mais fáceis de avaliar, os impactos mais diretos de mensurar. As crianças que participam dos projetos, têm passado tal período, a notas nas escolas se elevam. O número de desistência, o interesse em continuar, a questão de estar faltando mais ou menos, alguns aspectos são diretos, e aqueles que não são, - pensando como um professor de Educação Física que atua nessas ações -. Eu vejo que é um aspecto que precisa ainda de grande atenção. Atenção já vem sendo dada a essas questões, digamos, de investigação avaliativa do Programa Segundo Tempo. Porém, eu penso que mais coisa precisa ser feita. Nós temos um milhão de crianças sendo atendidas, mais de cinco mil professores, mais de dez mil monitores. Tudo isso é um espaço enorme. É espaço em que, muitas coisas, uma riqueza enorme está sendo produzida, porém, pouca coisa está sendo avaliada, investigada, de forma que essas experiências possam auxiliar na melhoria do que já está sendo feito, e também possam auxiliar no desenvolvimento de novas intervenções, não só no Brasil. Que possa seguir de exemplo, de modelo, para fazer isso fora daqui.

P.M. – Entra na minha próxima pergunta que são os pontos de tensionamentos do Programa Segundo Tempo. O que tensiona, quais são os tensionamentos que ocorrem no PST em relação a capacitação, a toda parte de estruturação do programa? A partir de todo esse material que foi produzido pedagógico, o que acontece de tensionamento?

R.C. – Nesses programas pilotos que estamos avaliando, estamos percebendo... Claro que as diferenças, as características desses projetos, geram a demanda por abordagem mais específica. Se falamos em um projeto universitário que vai focar num público adulto, temos uma alteração, quem sabe, nas atividades que vão ser desenvolvidas, até mesmo em parte em que consta naquele material. De que maneira desenvolver as atividades esportivas, mesmo porque talvez os núcleos padrão, os núcleos tradicionais do Segundo

Tempo, as crianças que ali vão, não têm o conhecimento. Têm o conhecimento mínimo daquela modalidade esportiva. Esses outros estudantes universitários, já possuem uma vivência maior, uma maior competência naquelas modalidades esportivas, o que gera a necessidade de estar abordando de formas diferentes. Da mesma maneira, em relação ao programa que foca em crianças, em jovens com deficiência. Por ser um público muito específico que desenvolve atividades específicas, talvez seja necessária ter essa abordagem, seja em relação ao material, seja em relação às capacitações. Que seja um pouco diferenciada. É o que estamos percebendo nas avaliações que estamos realizando. Eu vejo nesses pontos de tensão em relação a esses programas piloto. Em relação ao Navegar, o que gerou a necessidade para o Navegar no processo de capacitação totalmente diferenciado, o processo de capacitação, digamos, do Segundo Tempo tradicional, é aquele número “x” de dias. O nosso é no mínimo cinco dias, envolve uma abordagem com um grupo bem reduzido de professores e monitores de uma parte de núcleos. Já o nosso grupo de atuação, o número de professores, os capacitadores, vem sendo um número diferente em relação ao que ocorre nas abordagens tradicionais. As atividades também são bem diferentes. Também gerou a necessidade de um material didático específico que está sendo editado: um livro com mais de trezentas páginas. Então, pensando assim, o ponto de tensão, como se buscou ampliar o Segundo Tempo, também gera essa demanda por uma abordagem diferenciada para cada uma dessas intervenções. Eu penso que, da mesma maneira, o Projeto Indígena vai gerar essa demanda, porque vai ser diferente, vai ter um Recurso Humano diferenciado trabalhando junto. Fora isso, de tensionamento, talvez exista aquele fato de que, como alguns professores são convidados para estar produzindo esses materiais que integram os livros de esporte pedagógicos e didáticos, talvez possa existir alguma tensão no sentido de ser: “Mas foi uma linha tal da educação física que produziu isso. Não foi a linha, a outra...”, que é um aspecto que, às vezes, ele é presente em algumas discussões na Educação Física aqui no Brasil. Talvez isso possa existir também. Porém, eu não vejo que isso seja algo tão expressivo, algo que venha atrapalhar os desenvolvimentos das atividades. Eu acho até mesmo que seja algo positivo, no sentido que, através dessas discussões, as formulações de críticas, seja possível o aprimoramento do que já vem sendo feito.

P.M. – Falar um pouco sobre as capacitações. Vocês participam dessas capacitações, somente nos projetos especiais?

R.C. – No início de 2008 eu participei de algumas capacitações, mas eram gerais. As capacitações atuais estão acontecendo da seguinte maneira: os projetos pilotos participam das capacitações padrão, das tradicionais do Segundo Tempo, o que já existe, e já passamos o ano de 2009 desenvolvendo isso também. Nós desenvolvemos todo um processo de capacitação específico para o Navegar. Isso já está pronto. É um projeto que trabalha com esporte na natureza e tem a presença de risco subjetivo e real, hiper e constante nas atividades, e se vigia todo um trabalho diferenciado. Como não existe isso, nunca foi feito esse tipo de abordagem de maneira estruturada no projeto Navegar. Existiram sim, anteriormente, algumas abordagens de capacitação, porém, elas não tinham toda uma preocupação com estruturação. Vários aspectos deixados de lado. E agora isso foi construído. Então, em direção a sua pergunta, em relação às capacitações, temos desenvolvido. Foi todo esse processo de capacitação do Navegar, processo esse que foi experienciado ano passado, em abril de 2009, no Estado de Goiás, no município de Três Ranchos, em que três núcleos do projeto Navegar daquele estado foram capacitados naquela localidade. E que se digamos que aconteceu de novo aqui três meses atrás, no município de Estrela, no Rio Grande do Sul, e está para acontecer agora em mais dois municípios: um no Nordeste e outro aqui em Santa Catarina. Já agora nesses próximos meses e, bem provavelmente até o final do ano, deve estar acontecendo em número bem maior de núcleos, uma vez que o interesse é até o final do ano é estar reiniciando as atividades nos quarenta núcleos, como falei antes, e vinte destes.

P.M. – E a importância em preservar a memória do Programa Segundo Tempo, em relação a essas entrevistas, a todo trabalho, e esse projeto memórias do Segundo Tempo que está se organizando?

R.C. – A informação que eu tenho é bem reduzida em relação ao projeto memórias. Eu já escutei uma vez a Silvana¹⁶ comentando a respeito disso, e o Ricardo algumas vezes também falou. Acredito que, como toda a iniciativa, que já está sendo desenvolvida há algum tempo, que tem uma abrangência, uma especificidade tão grande no Brasil como um todo, é de uma enorme importância. Estamos buscando informação, buscando relatos, as memórias, em relação a algo que aconteceu, uma vez que conseguimos pegar informações no sistema padrão I, avaliativo, vamos dizer assim. Ele não dá conta de tudo. O trabalho é

enorme. Já se faz muita coisa para se conseguir avaliar o que é desenvolvido no Segundo Tempo. Porém, a especificidade dele geraria a demanda de muitos reforços superiores para estar avaliando, buscando informações. Junto com isso, eu vejo que essa busca pelas impressões, pela compreensões, pelas memórias das pessoas que tem participado do programa, é de enorme importância, porque permite então, estar ligando informações entre diferentes profissionais envolvidos, e que atuam em diferentes aspectos, em diferentes frentes do Segundo Tempo, seja aqui no Sul, seja lá no Norte, ou no Nordeste. Ou seja, as pessoas que atuam mais lá na frente, sejam também aquelas pessoas que atuam mais no desenvolvimento burocrático, nas equipes que atuam lá em Brasília. Eu vejo como uma iniciativa de grande relevância e, claro, tem que ser dada a continuidade para buscar essas informações no sentido também de estar, por meio dessas informações, enriquecendo o próprio projeto, o próprio Segundo Tempo. E, claro, servindo para o repensar de outras iniciativas, de novas intervenções que possam ser pensadas ou planejadas daqui para frente.

P.M. – Alguma consideração mais a respeito do programa, ou alguma contribuição mais a fazer, para finalizarmos a entrevista?

R.C. – Eu acho que está legal, bem interessante. Nós conseguimos pegar diferentes aspectos de cá e de lá. Acho que deu para colaborar um pouquinho.

P.M. – Não, acho que bastante. Até muito em função do projeto especiais, porque eu fiz uma entrevista com uma monitora, uma entrevista com um coordenador da FUNDERGS¹⁷, o Ricardo Saldanha¹⁸, outra entrevista com a professora Selda¹⁹. Então, nós vemos mais a parte administrativa, toda parte de informação. Contigo, com a Luciana Brauner²⁰, que é do Quero-Quero, e vai também trabalhar agora dentro Programa Segundo Tempo, eu vi várias visões dentro do programa e qual a ligação que se tem, até a parte da monitora, em relação à capacitação que vocês estão organizando. Impressionante o *feedback* dela, dizendo a importância dessas capacitações e o que contribuíram para todos os trabalhos delas, que é o

¹⁶ Silvana Vilodre Goellner. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁷ Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Ricardo Pedrozo Saldanha. Coordenador geral do convênio da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Selda Engelman. Diretora administrativo-financeira do Programa Segundo Tempo.

trabalho de ponta, que é estando ali com as crianças. Quais as dificuldades que eles têm, até nível de coordenação, o que acontece, o que não acontece. Então, eu acho que esse é um *feedback* fantástico.

R.C. – É que ficar só na informação de quem está por cima não dá certo.

P.M. – Não dá certo. Até que vou te dizer: uma das coisas, analisando meu trabalho que eu acho importante, é isso aí. É ir mais na monitoria.

R.C. – Porque, muitas vezes, tu vais poder pegar um coordenador que vai dar um discurso de que tudo é lindo, maravilhoso. Um coordenador que está uma vez por semana no núcleo. As crianças são atingidas pelo professor.

P.M. – E como é que eles fazem, porque ela deu a entender que cada um trabalha com a área que domina, com a modalidade que domina. E que não deveria ser isso. Deveria ser um pouco de tudo. Então, esse repasse, essa informação, acho que é fundamental para vocês que estão trabalhando lá. Muito obrigado Rodrigo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

²⁰ Luciana Martins Brauner.